



O processo de transformação do trabalho no Uruguai

The process of work transformation in Uruguay

El proceso de transformación laboral en Uruguay

Alejandro Mariatti¹

orcid.org/0000-0002-1138-3794

alejandromariatti@gmail.com

Recebido em: 24/9/2020.

Aprovado em: 24/9/2020.

Publicado em: 30 out. 2020.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo caracterizar o desenvolvimento do mundo do trabalho no Uruguai, analisando modalidades marcantes que definem uma época. Para isso, se estabeleceu uma periodização em torno das diferentes inovações que foram sendo incorporadas à produção e ao aproveitamento do trabalho. Esse processo possui vinculação direta com o desenvolvimento do capitalismo monopolista até o presente momento. Pretendeu-se reproduzir os passos que permitem compreender o lento processo de precarização e de empobrecimento dos trabalhadores a longo prazo. Por fim, a partir dessa trajetória se procurou estabelecer um cenário para situar a discussão em um contexto contemporâneo, com tendência à precarização do trabalho, à uberização e ao avanço do capitalismo de plataforma.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Uberização. Capitalismo de plataformas.

Abstract: The present article has as an objective to characterize the world development of work in Uruguay by analyzing important methods that define a period. In this regard, a periodization was established regarding the different innovations that have been incorporated to production and utilization of work. This process has a direct link with the development of monopoly capitalism until this days. The purpose was to reproduce the steps that allowed the understanding of the slow process of precarization and impoverishment of workers. Finally, this work tried to establish a possible scenario in the contemporary context tending to a precarization of work, uberization and platform capitalism advance.

Keywords: Work. Precarization. Uberization. Platform capitalism.

Resumen: El siguiente artículo pretende caracterizar el desarrollo del mundo del trabajo en Uruguay, tratando de capturar modalidades sobresalientes que definen una época. Para ello establece una periodización en torno a las diferentes innovaciones que van siendo incorporadas a la producción y el aprovechamiento del trabajo. Este proceso tiene directa vinculación con el desarrollo del capitalismo monopolista hasta nuestros días. Se intenta reproducir momentos que permiten comprender un lento proceso de precarización y empobrecimiento de los trabajadores en el largo plazo. En el final se recupera el trayecto recorrido, intentando encontrar en aquella síntesis de conclusiones un escenario para situar la discusión contemporánea, con tendencia a la precarización del trabajo, la uberización y el avance del capitalismo de plataformas.

Palabras-clave: Trabajo. Precarización. Uberización. Capitalismo de plataformas.

Introdução

Para que este percurso pelo cenário do trabalho no Uruguai permita dar profundidade às expressões contemporâneas, é preciso recorrer em primeiro lugar a um olhar macro. Uma análise escrita desde o século XXI explica que:



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidad de la República (UdelaR), Montevideo, Uruguay.

O Uruguai é um país cuja inserção internacional o torna especialmente sensível às variações dos preços das commodities, ou, o que é semelhante neste caso, da receita da terra. Nos períodos de receita alta, cresce o Produto Interno Bruto, sobem os salários, o desemprego entra em queda e se amplia o Estado. Quando a receita cai, começa uma tendência que primeiro recorre às reservas internacionais, depois ao endividamento interno e externo e, quando esses recursos se esgotam, avança sobre o preço da força de trabalho e o gasto público em geral. Esse movimento costuma surgir no marco de uma situação de crise e é o conteúdo do que se conhece como "ajuste estrutural" (OYHANTCABAL; ALONSO, [2018]).

A sua dependência faz com que esse ciclo se repita e as suas pequenas dimensões tanto para a sua inserção internacional quanto para o desenvolvimento de um mercado interno, parecem fragilizar o seu desempenho.

O capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração de sobretabalho em um tempo cada vez mais reduzido (ANTUNES, 2000, p. 23).

Um lento processo de concorrência e transformação interna foi pavimentando o caminho como condição para o trabalho.

Do cercamento à fábrica

Há 150 (cento e cinquenta) anos, o Uruguai modernizava o campo com a chegada do arame. Isso provocou o êxodo para a cidade e os seus arredores, migrantes na sua própria terra. "Cada estância cercada representou 10, 15, 20 indivíduos ou famílias que ficaram na miséria, sem mais horizonte que uma vida incerta [...]" (JACOB, 1969, p. 47). Essas precoces expressões da questão social, aliadas à contínua chegada de imigrantes da Europa e da Argentina, anteciparam um longo processo de transformações. O país recém começava a construir um mercado de trabalho nos termos de Polanyi (1992) como assalariado estável, com diversas modalidades que aproveitavam a mão de obra disponível. Conviviam nesse primitivo mercado de trabalho, mecanismos de controle, registros de domicílio, acompanhado do alistamento no exército. "De 2190 soldados

com os quais contava em 1879, passa a ter 3795 no ano 1886" (JACOB, 1969, p. 94).

A orientação ideológica do "batllismo" do século XX, "[...] contribuiu a conformar as principais características políticas [...] voltando-se para a defesa dos interesses dos trabalhadores [...] buscava estabilizar uma força de trabalho" (SUPERVIELLE; PUCCI, 2008, p. 78). Em 1929, o país tinha uma população ativa de 683.400 pessoas e em 1931, o número de desempregados chegaria a 25.000 (CURES, 1998) como consequência da economia, da quebra da bolsa de valores dos EUA, superando os 30 mil desocupados em 1934 (BONINO, 2015), o que significava menos de 6% da população ativa de 1929.

A criação de emprego público significou uma "válvula" que permitiu regular o desemprego durante a primeira metade do século XX. Em 1931 havia 43.220 funcionários públicos, número que chegou a 166 mil em 1955 (FILGUEIRA *et al.*, 2004). Durante os anos posteriores à crise dos anos trinta, o Uruguai teve um importante crescimento industrial, que segundo o censo empresarial da época, passou de 11.103 fábricas em 1936, a 22.472 em 1947 (FREGA *et al.*, 2008). "No período que vai de 1945 a 1955, o índice de mão de obra empregada na indústria cresceu 45% e a produção aumentou 97%" (CORES, 1989, p. 52). A ampliação da oferta de trabalho poderia atender aos problemas de desemprego gerados pela crise anterior, apesar de arrastar a informalidade como condição estrutural (JACOB, 1984). Aliado a esse desenvolvimento industrial, desde 1943 a 1958, o Uruguai ingressou em um modelo que priorizou a ampliação dos direitos dos cidadãos em geral e para os trabalhadores em especial.

O 'neobatllismo' concebeu a industrialização em substituição à importação como um dos fatores que permitia igualar democracia, progresso, justiça social e ordem, sob a proteção do dirigismo do Estado. Essa concepção foi acompanhada pela procura pelo bem-estar geral da sociedade, da ampliação das classes médias e alcance da felicidade, pelo menos para grande parte da população do país (RUIZ, 2008, p. 124).

Segundo Couriel e Lichtensztein (1967) a industrialização realizada no país teve seu início logo

depois da crise de 1929, sobre a base da exploração de produtos que antes eram importados. Foram substituídos bens de consumo e matérias primas. Desse modo, e como consequência, deu-se a expansão da indústria, da ocupação e das receitas. Porém, o horizonte industrial estava ameaçado por algumas características próprias, como uma proteção estatal à indústria "[...] sem canalizar os investimentos nem priorizar setores chave" (COURIEL; LICHTENSZTEJN, 1967, p. 78). A importação de novos equipamentos e máquinas de países desenvolvidos com outra constelação de recursos produtivos implicou uma readaptação à cadeia de recursos nacionais e significou cancelar as possibilidades para o desenvolvimento de uma alta tecnologia nacional. Por último, o reduzido mercado interno, incapaz de substituir uma queda na demanda externa, terminou por limitar as possibilidades de desenvolvimento.

No entanto, é muito importante resgatar a excepcionalidade da economia nacional, que em 1957 tinha uma taxa de desocupação que apenas chegava a "3,7%" (COURIEL; LICHTENSZTEJN, 1967, p. 135). Essa intenção de desenvolvimento foi inspirada no modelo do "new deal" roosveltiano, permitindo a reorganização do movimento sindical (SUPERVIELLE; PUCCI, 2008) e a estabilidade no emprego, que facilitou a ampliação dos direitos dos trabalhadores e favoreceu a formalidade do trabalho. Mas foi também em 1957 quando começaram a surgir as primeiras manifestações de inflação, prioridade a ser atendida segundo as recomendações do FMI. O cenário nessa época apresentava uma atividade agrária que expulsava os trabalhadores, enquanto na cidade os esperava uma indústria estagnada. O setor público se manteve como único a receber mão de obra, mas funcionou como um sistema clientelista, hipertrofiando progressivamente a burocracia (COURIEL; LICHTENSZTEJN, 1967; NOTARO, 1984).

Da fábrica às filas de desempregados

O estancamento tecnológico-produtivo do agro e os limites da indústria de substituição de importações limitada ao mercado interno foram os aspectos mais relevantes desse período de

crise. O latifúndio como problema estrutural acelerou a sua tendência e "[...] no período que vai desde 1956 a 1980 foram desaparecendo no país 20.768 estabelecimentos agropecuários" (CLAEH, 1983, p. 170). Ao falar da população trabalhadora rural, a tendência é a mesma que anos atrás. "Entre 1956 e 1980, havia 134 mil trabalhadores rurais a menos, ou seja, 45% menos de força de trabalho rural da que existia na metade da década." (CLAEH, 1983, p. 174). Em média, significa 5.500 trabalhadores a menos por ano, que foram obrigados a sair da produção agropecuária e nenhum setor da economia os absorveu. Dessa forma, e comparando as duas metades do século XX, "[...] até 1958 se deu um ciclo de expansão, tanto no funcional quanto no organizacional; a partir de 1959, um ciclo de recolhimento [...]" (FILGUEIRA *et al.*, 2005, p. 20).

Tal como o cercamento do campo representou um duro golpe para o mundo do trabalho rural em 1870, a crise que começou em 1958 significou a ampliação do desemprego de longa duração como parte da nova paisagem do trabalho como o início precoce de uma nova ordem civilizatória (DARDOT; LAVAL, 2009). "Entre 1957 e 1966 o salário real se desvalorizou em quase um quinto" (COURIEL; LICHTENSZTEJN, 1967, p. 125). O atraso tecnológico era a consequência de uma pecuária extensiva, que utilizava pouca mão de obra e que não tinha necessidade de incrementar o investimento em tecnologia. "Os produtores rurais não pressionaram pela renovação tecnológica, eles utilizaram toda a sua força para obter do Estado diferentes tipos de incentivos econômicos" (NAHÚM *et al.*, 1997, p. 102).

A década dos anos sessenta inaugurou um novo vínculo entre o Uruguai e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Seis cartas de intenção foram assinadas com o FMI entre 1960 e 1972. Mas, em termos estritamente de trabalho, em 1966, "pela primeira vez foi introduzida em uma Carta de Intenção uruguaia uma referência concreta a medidas no campo da política de salários" (COURIEL; LICHTENSZTEJN, 1967, p. 182). Foi também nessa década que se regulamentou a obrigatoriedade do ingresso à função pública

exclusivamente por concurso, na Lei de Orçamento de 1964, o qual lentamente foi mudando o cenário anterior do trabalho. "Aconteceu um processo de 'rejuvenescimento e feminização' da população ocupada na indústria de manufaturas na medida em que se agravava a queda do salário real, provocando uma maior ocupação dos jovens e das mulheres" (NAHÚM *et al.*, 1997, p. 152). Os Censos econômicos realizados em 1968 e 1978 mostraram que as 29.562 empresas que existiam em 1968 tinham se reduzido a 10.750 em 1978, o qual também pode ser comparado com as 22.472 do ano 1947, que mencionamos anteriormente. "Passou a ser habitual a existência de importantes taxas de desocupação – aproximadamente de 8% – apesar de que o fator emigração ocultou a gravidade do fenômeno" (NAHÚM *et al.*, 1997, p. 153). O fechamento de fábricas e o aumento do desemprego de longa duração serão as características desse período.

A ditadura cívico-militar que começou com o golpe de estado de 1973, viveu oito anos de crescimento econômico ininterruptos. Porém, a dívida externa se multiplicou por dez, passando de 447 milhões de dólares em 1967 para 4.664 bilhões em 1984, representando nesse momento, 90% do Produto Interno Bruto (PIB) (YAFFÉ, 2009). A política econômica do período da ditadura contou com a assistência recorrente do FMI a partir de postulados ortodoxos (YAFFÉ, 2009).

Se traçamos uma linha de comparação no tempo, desde o início da crise em 1957 com o final da ditadura em 1984, observamos que esse período representou para os assalariados a perda de 64,8% do seu salário (CANCELA; MELGAR, 1995). Um ajuste que empobreceu os trabalhadores e recompôs a taxa de lucro. A isso se soma que o desemprego em 1983 era de 153.700 pessoas, em uma PEA de 1.213.000, 12,6% (NOTARO *et al.*, 1984). "[...] Enquanto em 1968, 37,5% de cada 100 pesos que eram gerados no país estavam destinados aos assalariados, em 1981, apenas 23 de cada 100 correspondia à classe trabalhadora" (OLESKER, 2001, p. 35). A queda do salário real nos últimos anos da ditadura é notória. "Em 1983 o salário real baixou 20% – Nos doze anos

compreendidos entre 1972 e 1983, o salário real baixou 54,2%" (NOTARO; CANZANI, 1984, p. 11).

O desemprego, que tinha sido um problema resolvido nas décadas de 1940 e 1950 do século XX, começou a intercalar períodos de longa duração, devido à recomposição produtiva e à taxa de lucro. A composição da força de trabalho, em 1975, era 72% masculina. A condição de trabalhador assalariado dependente era de, aproximadamente, 70% da força de trabalho, umas 880 mil pessoas. Mas, em 1982, a porcentagem de trabalhadores dependentes como empregado ou operário privado caiu 50%. A porcentagem de emprego público chegava a 19,3%, e quase 1 de cada 5, 18,9% representava o trabalhador autônomo ou informal. O desemprego de longa duração é o adubo do crescimento do setor informal.

Na década dos anos oitenta, viu-se o aumento da produtividade sem aumentar a quantidade de horas de trabalho, apenas com a "[...] incorporação de máquinas que permitem produzir mais utilizando menos horas de trabalho" (NOTARO; CANZANI, 1984, p. 11) e em "[...] 1981, 62% dos desempregados eram pessoas que tinham perdido o emprego" (1984, p. 12). Esse número continuou aumentando. Em 1983, 95 mil pessoas perderam o emprego. Os mais afetados foram os trabalhadores da indústria de manufatura. "[...] manifesta-se na expansão do comércio de bairro e ambulante, tradicionais ocupações às quais se recorre na ausência de melhores oportunidades" (NOTARO; CANZANI, 1984, p. 12). Uma vez mais, a desestruturação do mundo do trabalho corrói a fábrica e a manufatura industrial.

No ano 1985, o final da ditadura cívico-militar organizada no âmbito do Plano Condor, o Uruguai registrava uma porcentagem de pobreza de 46,2% (MIDAGLIA; ANTÍA, 2007, p. 138) como consequência do ajuste iniciado em 1959 e aprofundado pela ditadura cívico-militar. "Como resultado da crise de inícios dos anos oitenta, o número de pessoas desocupadas era muito elevado. Houve uma redução até um mínimo de 96.500 em 1989 e aumentou com flutuações nos anos seguintes" (NOTARO, 2005, p. 84).

Da desocupação à flexibilização e à terceirização

Embora no primeiro período pós-ditadura (1985-1990) tenham sido restaurados os Conselhos de Salários imediatamente após o fim da ditadura cívico-militar, o governo seguinte, que começou em 1990, retirou o Estado dessa negociação. Essa medida inaugurou uma época de avanço na concepção neoliberal, em foi implementado o decálogo do Consenso de Washington. A pobreza, em 1995, tinha caído para 15,3% (MIDAGLIA; ANTÍA, 2007), o desemprego estava por baixo dos 10% e na “[...] América Latina vários países começaram a colocar em prática políticas ativas, apesar de carecerem de um sistema de seguro desemprego, que até então existia em muito poucos países, como o Brasil e o Uruguai” (OIT, 2005, p. 202). Nesses anos,

foi desregulada outra parte do funcionamento do trabalho com a Lei 16.713, conhecida como Lei das AFAPs, que permitiu a transformação de assalariados em empresas unipessoais, o qual significou uma perda de direitos trabalhistas e maior instabilidade no trabalho (OLESKER, 2001, p. 86).

Esse espírito liberal abriu um período para a retirada de taxas e o aprofundamento da liberalização econômica regional e mundial, com a receita da construção de economias em crescimento que, como um copo de água ao transbordar, chegaria a todos os cantos. Porém, as indústrias crescidas pela anterior política de substituição de importações, não conseguiram sustentar a concorrência regional. “No entanto, foram criadas condições excepcionais para a incorporação de equipamentos e tecnologia” (SUPERVIELLE; PUC-Cl, 2008, p. 92). Isso provocou um processo de transformação estrutural trabalhista inédito, que antecipou o progresso da tecnologia atual. Foi o início das empresas Ponto.com, das empresas telefônicas de informação agrupadas nos 0800, da criação das zonas francas e implicou transformações importantes na organização do trabalho e na composição da força, onde se percebeu a necessidade de uma melhor e maior formação.

O salto tecnológico e a integração regional, abriram um novo campo de batalha no mercado

de trabalho nacional. “[...] verificou-se uma tendência à redução dos postos de trabalho e ao deslocamento dos trabalhadores” (SUPERVIELLE; PUCCL, 2008, p. 93). Como referência, pode-se observar que, “[...] a indústria de manufatura perdeu 65.669 postos de trabalho entre 1990 e 1998, reduzindo em 39% a sua capacidade de contratação e perdendo 80 milhões de horas trabalhadas em 8 anos” (OLESKER, 2001, p. 54). Se medíssemos a produtividade do trabalho como o quociente entre o aumento do produto e o emprego, existe um aumento da produtividade sob o argumento de uma grande incorporação de mudanças tecnológicas, que são ocupados com postos de maior instrução e menos trabalhadores. “Em especial, houve uma mudança na estrutura do emprego caracterizada por uma redução na incidência da indústria, que foi compensada pela expansão do comércio e dos serviços do setor privado” (OIT, 2005, p. 140). As novas estratégias contratuais promovem terceirizações e flexibilização do trabalho como mecanismos para fundamentar possibilidades de investimento, marco que provoca o surgimento da precarização como autônomo, característica do setor informal. A negociação sindical foi passando da preocupação por reivindicar aumento de salário à preocupação em manter a fonte de trabalho.

Para os organismos internacionais como a *Organización Internacional del Trabajo* (OIT) ou o Banco Mundial, o problema da geração de emprego na América Latina passa por melhorar os níveis de flexibilidade e competitividade em virtude do que significa o custo trabalhista, a rigidez e a regulamentação, que atentam contra o investimento (NOTARO, 2005). A América Latina apresenta economias duais e mercados de trabalho segmentados. “[...] observa-se um setor moderno ou formal urbano com investimentos [...] Por outra parte, um importante número de demissões e um setor atrasado ou informal no qual se insere uma parte do excedente de mão de obra” (NOTARO, 2005, p. 122). Segundo Bucheli e Casacuberta (apud ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005, p. 140), “Do ponto de vista do mercado de trabalho, a taxa

de desemprego se manteve estável até 1994 ao redor de 9%, nível que tinha se estabilizado em finais da década de oitenta". De 1996 em diante, o desemprego se manteve em dois dígitos.

As exportações para o Brasil e a Argentina caíram para mais da metade de 1998 a 2002 (NOTARO, 2005, p. 44) agudizando a crise devido à alta dependência desses mercados. Também, como mencionamos anteriormente, a regionalização foi um impacto importante para a competitividade da indústria nacional (SUPERVIELLE; PUCCI, 2008, p. 96).

A liberalização do comércio na região permite aumentar as exportações dos bens e serviços mais competitivos e leva também, inevitavelmente, à redução do nível de atividade nos mercados menos competitivos; como resultado final, reestrutura-se o produto e o emprego (NOTARO, 2005, p. 46).

Embora a aliança aduaneira conhecida como MERCOSUL, nascida do acordo de Ouro Preto, em 1991, tenha gerado uma multiplicação do comércio no início, posteriormente se estagnou, provavelmente por diferenças entre os sócios maiores.

Na população trabalhadora, aconteceu uma transformação relevante no período compreendido entre os anos 1984 e 2004. Esse foi um período de aumento do nível de instrução dos ocupados: em 1984, 50% deles tinha como máximo o ensino fundamental completo, enquanto em 2004, essa porcentagem se reduziu para 30%. Também os trabalhadores com ensino superior passaram de 6,5% para 14% e aqueles com curso técnico, de 11% para 15%.

[...] houve uma redução do peso dos funcionários públicos no emprego total, passando de 24% em 1986 para 18% em 2002 [...] A indústria de manufatura passou de concentrar aproximadamente 26% do emprego nos inícios dos anos noventa, a apenas 13% em 2002 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005, p. 124).

Destaca-se o aumento de autônomos e o incentivo à aposentadoria voluntária da administração pública.

Em 1994, como explicam Amarante e Arim (apud ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005), houve um aumento na duração do período de tempo em situação de desemprego, com reflexo na deterioração das condições do mercado de

trabalho, que manteve um nível de informalidade que afetou um terço da população ocupada.

O subemprego, que afetava a quase 20% dos ocupados no ano 2002, marcou outro tipo de problemas trabalhistas [...] Se consideradas em conjunto as três categorias de problemas de emprego utilizadas no trabalho – precariedade, informalidade e subemprego –, no final da década, 50% do total de ocupados nas maiores localidades urbanas tinha pelo menos um desses problemas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005, p. 125).

No período compreendido entre 1999 e 2004, a má qualidade dos empregos criados, "[...] se deteriorou [...] devido ao aumento do subemprego e do emprego não registrado" (NOTARO, 2005, p. 80), isso acompanhado pelo aumento do desemprego, emigração por causas relacionadas ao trabalho e aumento da pobreza. No ano de 2003, o desemprego atingiu níveis históricos, da ordem de 17% e a subutilização de mão de obra representou 24% da PEA. Os trabalhadores assalariados do setor privado foram os mais afetados, tendo sido reincorporados ao mercado em empregos não registrados. "[...] o problema mais evidente da força de trabalho com menos escolaridade foi registrado entre as mulheres de 25 a 34 anos de idade, cuja taxa de desemprego cresceu de 14%, em 1991 – 1994, a 24%, em 2000 – 2002" (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2005, p. 151).

Em 2002, o Uruguai enfrentou uma crise financeira que teve importantes consequências (STENERI, 2011). Houve um notório impacto no desemprego e na desigualdade, "[...] o índice Gini passou de 0.412, em 1991, a 0.450, em 2002" (MIDAGLIA; ANTÍA, 2007, p. 466). Com relação às receitas, no final desse período de queda, entre 1998 e 2003, o saldo foi uma queda do salário real privado de 25% e de 23% no setor público (NOTARO, 2005). Entre 1998 e 2003, a renda mensal perdeu 28,2% do seu poder aquisitivo. Em 2004, segundo Notaro (2005), os subempregados ou ocupados de má qualidade, sem cobertura da seguridade social eram 480 mil pessoas, em uma PEA de um pouco mais de um milhão.

Seguindo as reflexões de Supervielle e Quiñones, houve uma transferência da fragilidade da

inserção empresarial que assume a flexibilização como mecanismo de salvação da rentabilidade em um momento em que desenvolve a passagem a uma economia regionalizada.

[...] a tentativa de impor a empresa como instituição emblemática que justifique a flexibilização das relações trabalhistas se dá em um processo paradoxal, uma vez que nunca como hoje as empresas são frágeis no processo crescente de globalização que sofre o Uruguai (2000, p. 60).

O processo de deterioração das condições salariais e da qualidade do emprego foram, por sua vez, acompanhadas pela iniciativa de liberalizar a previdência social.

A "desregulação" implicou dar maior flexibilidade à contratação e à organização da produção, adequá-las às necessidades de inovação tecnológica e reconversão produtiva e retirar elementos de garantia e proteção dos trabalhadores, considerados como "obstáculos" a uma melhor inserção da economia nos mercados externos e nos acordos de integração regional. Verificaram-se fortes coincidências das políticas com os critérios propostos por alguns órgãos internacionais (NOTARO *et al.*, 2011, p. 62).

De alguma forma, era mais uma expressão da flexibilização e da desregulação que continuava construindo a imagem do trabalhador isolado, individual, sem uma visão coletiva. O ethos empresarial conseguia colocar o desempregado como sendo responsável pelo desemprego. No ano 2000, o Uruguai apresentava índices de crescimento nos setores de serviços, alimentado pelas novas formas contratuais flexíveis, trabalhos eventuais, com contratos de curto prazo, como em supermercados e empresas de limpeza, com crescimento do trabalho em domicílio e informal (SUPERVIELLE; PUCCI, 2008).

Se organizarmos as conjunturas anteriores de criação ou destruição do emprego, vemos que em 1957, o Uruguai tinha 3,7 % de desemprego (COURIEL; LICHTENSZTEJN, 1967) e que a sua presença não tinha significado um problema que perturbou a integração social, senão que, talvez, a questão a ser atendida com maior urgência era a informalidade. Os processos mostram as variações que esse indicador apresentou nesses anos de ajuste. Com a recessão que começou

em 1998, avançou uma conjuntura de destruição do emprego, na qual o desemprego alcançou em 2003 a 17%. De 1968 a 2020, a média de desemprego tem sido de 9,8 %. O emprego público viveu um forte crescimento até a década dos anos sessenta e setenta, para entrar depois desses anos em um platô de aumento muito desacelerado em relação ao período anterior. Embora sempre tenha representado um 20% da população trabalhadora, o emprego público sofreu variações próprias a cada momento.

Durante a década dos anos noventa, vimos a interrupção no ingresso à função pública, inclusive com redução no número de funcionários públicos, em nome da reforma do Estado e da nova gestão pública, representando as reformas neoliberais da época. A partir dela, foram questionadas as estruturas do posto de trabalho, as funções contratadas e a imobilidade do funcionário público, colocadas como centro do debate, mas, em suma, sem ter podido implementar uma reforma significativa (NARBONDO; RAMOS, 1999). Foi no início do século XXI, a partir de 2005, que o número de funcionários públicos voltou a aumentar, superando registros anteriores.

A terceirização a partir da entrada ao Capitalismo de Plataformas

Desde a última crise, em 2003, até a atualidade, processou-se uma redução no desemprego, ficando a média ao redor dos 8%. Aquele pico de 17% foi sendo reduzido nos últimos quinze anos. Nesses últimos quinze anos foram muito importantes as medidas de regulamentação do emprego rural (Lei 18.441) e do emprego doméstico (Lei 18.065) que teve grandes avanços em relação ao aumento da cobertura de seguridade social das trabalhadoras desse setor, mulheres, em sua maioria. Também foi importante a redução da informalidade de 36% para 26% e o retorno do Estado às mesas de negociação dos Conselhos de Salários, desde 2005 até os dias de hoje. Todos esses avanços se concretizaram durante o processo de governo da Frente Ampla.

Como indicador geral da recuperação na taxa de atividade desde a restauração da democracia,

pode-se comparar a do ano 1986, que representava 56% para uma população de três milhões de habitantes, com a de 2018, que representava 62,7% com quase três milhões e meio de habitantes.

Apesar disso, em 2015, a central sindical denunciou que o que estava acontecendo era um crescimento do emprego com salários muito baixos. "Um documento apresentado pelo governo como insumo para as iminentes negociações nos Conselhos de Salários do setor privado dá conta que um grupo de 426.000 trabalhadores uruguaios — que ganham menos de \$ 15.000²" (EL PIT..., 2015). Em termos gerais, apesar da existência de algumas melhoras nos últimos anos e até uns instantes antes de entrar na crise da COVID-19, assistíamos a um lento processo de deterioração do mercado de trabalho no Uruguai, que agora, além de tudo, certamente sofreu um agravamento maior, devido à pandemia. A desaceleração da economia aumentou o desemprego, que no início do ano 2020 estava em 10%. Mas, já nos anos anteriores, mostrava sinais de enfraquecimento e fragilidade, com o aumento de pessoas em seguro-desemprego e com o aumento do desemprego propriamente dito. Esse deterioramento se produziu depois de ter alcançado níveis de recorde histórico de desemprego, entre 2011 e 2014 próximos a 6% (CUESTA DUARTE, 2016). Nos primeiros meses do ano 2016, a taxa de desemprego médio esteve em 8%, superior a 7,4% registrado no mesmo período do ano anterior (2015).

Com relação ao mercado de trabalho, há dois anos os principais indicadores de trabalho sofreram uma deterioração, com redução do emprego, embora não representem uma situação homogênea para todos os setores. O setor mais afetado foi o da construção, prejudicando também as condições de trabalho e favorecendo a informalidade. Seguido pela indústria de manufatura, que, como descrevemos anteriormente, sofreu uma deterioração sustentada desde os anos sessenta, sendo que a situação atual piora a crise que persiste desde o passado. Embora

seja clara a deterioração paulatina do mercado de trabalho, o capital está desenvolvendo outras formas de exploração, que começam a ganhar força nas cidades. Nesse contexto de lenta deterioração e de possível aumento da informalidade, ingressa uma nova modalidade de emprego, com um crescimento importante nestes últimos cinco anos, o trabalho por plataformas digitais.

O avanço da deterioração do trabalho nacional, somado à promoção explícita por parte das instituições públicas, tanto de assistência quanto de financiamento à criação de microempreendimentos. A retórica do "capital humano" e o paradigma da ativação foram parte do repertório que incentivou os desempregados a resolver o problema por conta própria, pessoalmente. Isso representa uma nova forma de responsabilização dos trabalhadores pela questão social. Em muitos casos, trabalhadores do mundo que chegam ao Uruguai junto com o aumento de populações migrantes, obrigadas à informalidade temporária enquanto regularizam a sua situação legal. Isso representou um grande incentivo como oferta de trabalho que permitiu o desenvolvimento desse novo espaço de trabalho informal.

Mais ainda, se pensamos o salto que esse setor viveu durante os meses da quarentena provocada pelo coronavírus. O mercado permite compreender o lugar que está tendo o trabalho do entregador, como espaço para o lucro do capitalismo de "plataformas austeras" (SRNICEK, 2018) ou empresas algoritmo, que em muitos casos são conglomerados de capitais internacionais que investiram em um *software* capaz de organizar a entrega de produtos e obter lucro ao facilitar o encontro que encerra o processo de produção no consumo.

A quantidade de entregadores nestes anos cresceu e, segundo artigos de imprensa, envolve cerca de 8 mil trabalhadores. A esses, podemos somar outros 4 mil trabalhadores da empresa Uber, segundo o relatório do Governo de Montevideu (2019). Os entregadores ganham entre 400 e 700 dólares dos EUA por mês, realizando em média 8 a 12 km por dia, trabalhando cinco

² Representa 330 dólares americanos.

dias por semana, em motocicleta ou bicicleta. Em sua maioria, são trabalhadores informais, ou seja, os aplicativos (APPs) lhes negam os direitos da formalidade no trabalho. As empresas mais comuns são: Rappi, Glovo, Pedidos Ya e Uber Eats. Segundo informações veiculadas nos meios de comunicação de Montevideu, em 2018, pedidos Ya tinham cerca de 1.100 entregadores, dos quais entre 300 e 400 estavam registrados como trabalhadores com vínculo, enquanto o restante trabalhava como empresa unipessoal. Segundo informa Radio Uruguay (2019), esta parece ser a opinião do Presidente do sindicato, Andrés Palermo, "[...] 80% trabalha em Condições de informalidade, e uma porcentagem ainda maior deles representa a principal fonte de renda do seu lar".

A situação de informalidade é reconhecida pelo governo, que por meio do Inefop³ desenvolve cursos que pretendem colaborar com a formalização desse novo viés do setor de serviços. Somado a essas condições, está a dificuldade do trânsito e do trabalho na rua. Segundo o Semanário Ecos (2018): "Até agora, neste ano, morreram 20 ciclistas, houve 104 feridos graves e mais de 1.000 leves. Também foram denunciados 645 furtos".

Embora os entregadores representem ainda um universo minúsculo no mercado de trabalho nacional, com uma população de trabalhadores que supera um milhão e meio de pessoas, são representantes de uma nova modalidade de contratação, que não tardará em se transformar em uma modalidade comum. Junto a ela, a crescente flexibilização, a chegada do contrato zero horas, como já se utiliza em países da Europa e a instalação de empresas multinacionais que intercedem na comercialização de produtos com plataformas digitais que arrastam benefícios monopólicos pelos efeitos da rede.

Considerações finais

Não é novidade dizer que a lei geral de acumulação capitalista considerada a longo prazo, intercala períodos de crescimento acelerado, seguido de fases de crescimento desacelerado, convulsões e

estancamentos que derivam sempre em uma crise econômica generalizada de superprodução e de superacumulação. Após o final de três décadas gloriosas e o novo início de queda (HOBSEAWM, 1999) sentaram-se as bases para o surgimento de uma nova ordem civilizatória (DARDOT; LAVAL, 2009) que irá modificando ao longo dos anos a valorização que temos como sociedade a respeito das responsabilidades frente ao desemprego e à pobreza. Torna-se mais importante do que nunca a redução de custos; e o trabalho é redimensionado pelo desenvolvimento tecnológico e, em especial, nesses tempos, o desenvolvimento proveniente da revolução informática (LOJKINE, 1995).

O trabalho, no Uruguai, foi se adaptando às necessidades que a produção lhe impôs na medida em que a nação se inseria na economia mundial. Se falarmos sobre ciclos, o primeiro impacto foi o cercamento do campo, que expulsou a mão de obra rural. Esse processo, junto com as ondas de imigrantes europeus, deu forma a um contingente cosmopolita de experiência sindical que se viu alicerçada pela concepção cidadã do "batllismo" e as possibilidades que a época permitiam, recriando um precário, mas crescente, processo de industrialização e aumento do trabalho de fábrica. Porém, esse vernáculo taylorismo-fordismo logo se viu deteriorado pela situação econômica do país a partir de 1958, que lentamente começava a desmoronar. A ditadura cívico-militar de 1973 primeiro, e o avanço do neoliberalismo depois, flexibilizaram as condições de trabalho, ampliando o desemprego de longa duração e favorecendo o crescimento do trabalho informal. O final do século XX representou para o Uruguai um aumento da precarização e a terceirização do trabalho, como expressão da crise iniciada nos anos sessenta e que, apesar de breves momentos de crescimento, o trabalho foi saqueado, atravessou um lento e conseqüente processo de deterioração, empobrecendo os(as) trabalhadores(as).

Como se pretendeu demonstrar nesta exposição, apresentamos pelo menos três paisagens diferentes, do cercamento à fábrica, da fábrica ao

³ Instituto Nacional de Empleo y Formación Profesional.

desemprego e do desemprego à terceirização e o capitalismo de plataformas. Nesta última etapa, no início do século XXI, adquirem protagonismo os aplicativos de telefone e a criação de algoritmo como software que organiza, seleciona e comanda a mão de obra. A elevação da produtividade por meio da chegada de empresas digitais, que conseguem se impor como monopólio depois de arrastar "efeitos de rede" colocando-se em um lugar de privilégio (SRNICEK, 2018), impõe novas condições de precarização do trabalho, ampliando o limite de produção e piorando as condições de trabalho. É por isso que, para Marx, "[...] o que diferencia uma época econômica de outra é menos o que produz e mais o modo como se produz, os meios de produção por meio dos quais se produz" (1845 apud LOJKINE, 1995, p. 51). A morfologia do trabalho adquire novas configurações na era digital, da informática e da telemática, na qual os trabalhadores são heterogeneizados na sua forma pela divisão do trabalho, mas homogeneizados pela precariedade que sofrem (ANTUNES, 2009).

No final do percurso foi hierarquizado esse novo passo dado pelo capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2018), expressando o desenvolvimento tecnológico de inteligência artificial, o manejo de dados, a organização e a compra de trabalho humano a distância por meio das "plataformas de austeridade" (SRNICEK, 2018), que fazem a intermediação entre dois consumidores e oferecendo a uma dessas duas partes de consumidores dos aplicativos (APPs), os trabalhadores, uma condição de trabalho "uberizada" (ANTUNES, 2018), revestida de um vínculo entre livres consumidores.

A redução do proletariado de fábrica estável, própria do período anterior, como fomos ilustrando ao longo do artigo, motivou o incremento do desemprego de longa duração, os novos subproletários de fábricas e serviços, terceirizados, subcontratados e *part-time*, convertidos em unipessoais ou monotributários. Esse foi o início do aumento da informalidade e do trabalho autônomo. Por isso, também foi solicitamente incorporado pelos serviços de assistência social o paradigma da ativação para abordar estes "novos desempregados" de longo prazo. O seu arsenal

metodológico para o tratamento terapêutico do estado de ânimo do desempregado, na intenção de atender à sua autoestima e responsabilizá-lo pelo seu desemprego, desembarca em todo tipo de estratégias profissionais que se justificam e fundamentam em torno do conceito de "capital humano", transformando o desocupado em empreendedor, tão parecido a como um culto batiza os seus novos membros. Esse incentivo à microempresa e ao empreendedorismo está deixando uma longa fila de responsabilizados perdedores, uma "fábrica de homens endividados" (LAZZARATO, 2013). Devedores, atendidos pela orientação vocacional, os terapeutas da ocupação, as empresas de colocação em postos de trabalho, a "indústria do trabalho" (CALAMARI, 2010), as secretarias de empregabilidade, que se encarregarão de construir para a opinião pública uma ideológica explicação privada e pessoal para esse fracasso.

A "governabilidade algorítmica" (SADIN, 2018), os aplicativos digitais, a inteligência artificial e o "big data", anunciam um desenvolvimento ambíguo e sombrio, ao se multiplicar o capitalismo de plataformas (HUWS, 2014; SRNICEK, 2018; BOMBONAT *et al.*, 2019), com intenções de melhorar os serviços e o rendimento das empresas, mas promovendo um desenvolvimento devastador para as condições de trabalho, a partir de um regime de terceirização e de despotismo tecnológico de trabalho morto acumulado, disposto a tudo para se apropriar de trabalho vivo, cada vez mais barato.

Como foi anunciado no início (OYHANTCABAL; ALONSO, 2018), a inserção internacional foi modelando a economia nacional e o mundo do trabalho. As diferentes etapas destacadas, significam o vaivém da sua inserção, constatando-se a fragilidade dos salários e emprego frente às diferentes crises, com efeitos inevitáveis, como a precarização e a informalidade. Embora o PIB no Uruguai tenha apresentado um crescimento sustentado desde 2004, o seu crescimento nestes últimos anos foi desacelerando. É provável que no âmbito de uma situação de crise, aconteça um novo "ajuste estrutural", que depois do endividamento interno e externo, avançará sobre o preço da força do trabalho e do gasto público em geral.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da Servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Diez tesis sobre el trabajo del presente (y el futuro del trabajo) *lon-line*. In: NEFFA, Julio César; TOLEDO, Enrique de la Garza; TERRA, Leticia Muñiz. *Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: CLACSO: CAICYT, 2009. p. 29-44. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100625114604/neffa1.pdf>.

ANTUNES, Ricardo. *El trabajo y los sentidos*. Montevideo: G.E.T, 2000.

GAYOSO, Nicolás Bonino. *Evolución de la asistencia al desempleo en Uruguay desde sus orígenes*. In: JORNADAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 6., 2018, Montevideo. AUDHE. Montevideo: Facultad de Ciencias Económicas y de Administración, Universidad de la República, 2018. Disponible en: http://www.audhe.org.uy/sextas_jornadas/Ponencia_seguro_de_desempleo_para_Jornadas_AUDHE.doc.

CANCELA, Walter; MELGAR Alicia. *El desarrollo frustrado: 30 años de economía uruguaya, 1955-1985*. Montevideo: CLAEH/EBO, 1985.

CORES, Hugo. *Las luchas de los gremios solidarios (1947-1952): Neo-Batllimo, protesta social y Fuerzas Armadas*. Uruguay: Editorial Compañero: Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

COURIEL, Alberto; LICHTENSZTEJN, Samuel. *El FMI y la crisis económica en Uruguay*. 2. ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1967. (Colección Biblioteca de cultura universitaria).

DA CUNHA, Nelly; PORRINI, Rodolfo. *Trabajadores inmigrantes y ambulantes. Su situación conflictiva*. In: CURES, Orbe. *Desde abajo sectores populares en los años treinta*. Montevideo: Banda Oriental Montevideo, 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nueva razón del mundo: el ensayo sobre la sociedad neoliberal*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2009.

EL PIT cree que los sueldos bajos no subirán como dice el gobierno. *El País*, Uruguay, Montevideo, año 96, 3 ago. 2015. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/pit-cree-sueldos-bajos-subirandice-gobierno.html>. Acceso en: 25 ago. 2020.

FILGUEIRA, Fernando et al. Estructura de riesgo y arquitectura de protección social en el Uruguay actual: crónica de un divorcio anunciado. *Prisma*: Revista Semestral de Ciencias Humanas de la Universidad Católica del Uruguay, Montevideo, n. 21. Disponível em: http://ucu.edu.uy/sites/default/files/libros/pdf/prisma_web.pdf.

FILGUEIRA, Fernando et al. *Los dos ciclos del Estado uruguayo en el siglo XX*. Montevideo: Banda Oriental: Instituto de Ciencia Política, 2004.

FREGA, Ana et al. *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: Banda Oriental, 2008.

HERRERO, Agustín. *Trabajadores a pedal, el nuevo fenómeno de las bicis deliveries y su regularización*. *El Observador*, Uruguay, Montevideo, año 27, 30 sept. 2018. Disponível em: <https://www.elobservador.com.uy/nota/trabajadores-a-pedal-el-nuevo-fenomeno-de-las-bicis-deliveries-y-su-regularizacion-2018928202112>. Acceso en: 25 ago. 2020.

HOBSBAWM, Eric. *Un tiempo de rupturas*. Barcelona: Crítica, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *Historia del siglo XX 1914-1991*. Barcelona: Crítica, 1999.

HUWS, Úrsula. *Labor in the global digital Economy: the cybertariat comes of age*. New York City: Monthly Review Press, 2014.

INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. *Estudio sobre el funcionamiento del sector de transporte por aplicaciones y sus consecuencias en el sector de transporte oneroso de pasajeros en la ciudad de Montevideo*. Montevideo: ls. n.l, 2019. Disponível em: https://montevideo.gub.uy/sites/de-fault/files/biblioteca/informefinaltoneroso12032019_0.pdf. Acceso en: 25 ago. 2020.

INEFOP. *Programa de capacitación laboral*. Montevideo: ls. n.l. Disponível em: <http://www.inefop.org.uy/SIN-CATEGORIZAR/Programa-de-Capacitacion-Trabajadores-Re-partidores-en-moto-uc1676>. Acceso en: 25 ago. 2020.

INSTITUTO CUESTA DUARTE. *Informe de coyuntura primer trimestre 2016*, jul. 2016. Disponível em: <http://www.cuestaduarte.org.uy/investigacion/economia/informes-de-coyuntura/item/501-informe-de-coyuntura-primer-trimestre-2016>. Acceso en: 25 ago. 2020.

INSTITUTO CUESTA DUARTE. *Balance y perspectivas de los primeros 18 meses del actual gobierno*. Instituto Cuesta Duarte, Montevideo, dic. 2016. Disponível em: <http://www.cuestaduarte.org.uy/investigacion/economia/informes-de-coyuntura/item/601-informe-de-coyuntura-balance-y-perspectivas-de-los-primeros-18-mes-del-actual-gobierno>.

JACOB, Raúl. *Crisis y mercado de trabajo: una aproximación a la problemática de los años veinte y treinta*. Montevideo: Ciedur, 1984.

JACOB, Raúl. *Consecuencias sociales del alambramiento (1872-1880)*. Montevideo: Banda Oriental, 1969.

LAZZARATO, Mauricio. *La fábrica del hombre endeudado*. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu, 2013.

LOJKINE, Jean. *La revolución informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

MESA, Pía. *Repartidores de Pedidos Ya reclamaron por "malas" condiciones de trabajo y llegaron a un acuerdo*. *El País*, Uruguay, Montevideo, año 101, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://negocios.elpais.com.uy/noticias/repartidores-pedidosya-reclaman-ministerio-reabre-debate-apps-laborales.html>. Acceso en: 25 ago. 2020.

MIDAGLIA, Carmen; ANTÍA, Florencia. ¿Una nueva síntesis? La agenda social de la izquierda uruguay a dos años de gobierno. *Revista Cuadernos CRH*, Salvador, v. 20, n. 51, p. 463-478, dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pi=-d=0103S49792007000300007-&script=sci_arttext. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000300007>.

MIDAGLIA, Carmen; ANTÍA, Florencia. La izquierda en el gobierno. ¿Cambio o continuidad en las políticas de bienestar social? *Revista uruguaya de Ciencia Política*, Montevideo, v.16, n. 1, p. 131-157, dic. 2007. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S1688-499X2007000100008.

MORAES, Bombonati de Souza Rodrigo; DE OLIVERA, Marco Antonio Gonsales; ACORSI, André. Uberização de trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 647-681, dez. 2019. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/216.10.21583/2447-4851.rbeo.2019.v6n3.216>. <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2019.v6n3.216>.

NAHUM., Benjamin *et al.* Historia uruguaya. *El fin del Uruguay liberal (1959-1973)*. Montevideo: Banda Oriental, 1997. Tomo 8.

NARBONDO, Pedro; RAMOS, Conrado. La reforma de la administración central en el Uruguay el paradigma de la nueva gerencia pública (1995-1999). *Revista de Ciencia Política*, Montevideo, n. 11, p. 35-58, nov. 1999. Disponível em: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/7119/1/RUCP_Narbond_1999v.11.pdf.

NOTARO, Jorge; QUIÑONES, Mariela; SENATORE, Luis Supervielle; MILBURN, Supervielle Marcos. *Las políticas públicas en la reestructura del mundo del trabajo: Uruguay 2005-2009*. Montevideo: Ediciones Universitarias, 2011.

NOTARO, Jorge. *El problema del empleo en Uruguay*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

NOTARO, Jorge; ALVAREZ, Ana; FAILDE, A. *Indicadores económicos del Uruguay 1968-1983*. Montevideo: CIUDUR, 1984.

NOTARO, Jorge; CANZANI, Agustin. Los asalariados: condiciones de vida y de trabajo. *Revista Uruguay Hoy*, Montevideo/CIEDUR, n. 2, 1984.

OLESKER, Daniel. *Crecimiento y exclusión*. Montevideo/Uruguay: Editorial Trilce, 2001.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. *Uruguay: empleo y protección social. De la crisis al crecimiento*. 4 mayo 2005. Consultado em Espanhol.

OYANTCABAL, Gabriel; ALONSO, Rodrigo. Auge y declive de los progresismos. *La Diaria*, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/articulo/2018/6/auge-y-declive-del-progresismo/>.

PUCCI, Francisco. El trabajo y las relaciones laborales en el siglo XX. In: SUPERVIELLE, Marcos. *El Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Banda Oriental, 2008. p. 77-104.

POLANYI, Karl. *La gran transformación crítica del liberalismo económico*. Madrid: La Piqueta, 1992.

RADIO URUGUAY. Repartidores buscan un lugar en los Consejos de Salario. *Radio Uruguay 1050 AM*, Montevideo. 19 abr. 2019. Disponível em: <http://radiouruguay.uy/repartidores-buscan-un-lugar-en-los-consejos-de-salarios/>. Acceso en: 25 ago. 2020.

RUIZ, Esther. El Uruguay próspero y su crisis. 19461964. In: FREGA, Ana *et al.* *Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.

SADIN, Eric. *La humanidad aumentada*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

SEMANARIO ECOS. Deliverys: pedalean por \$15000 al mes con riesgo de rapiña y accidentes. *Semanario Ecos*, Montevideo, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://ecos.la/UY/13/Sociedad/2018/11/12/28288/deliverys-pedalean-por-15000-al-mes-con-riesgo-de-rapina-y-accidente/>. Acceso en: 25 ago. 2020.

SRNICEK, Nicolás. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja negra, 2018.

STENERI, Carlos. *Al borde del abismo*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

SUPERVIELLE, Marcos; QUIÑONES, Mariela. La instalación de la flexibilidad en Uruguay. *Sociologías*, Porto Alegre, año 2, n. 4, p. 20-65, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a03.pdf>. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222000000200003>.

URUGUAY 180. *Así son los cursos para repartidores en moto*. Montevideo, 15 de mayo de 2017. Disponível em: https://www.180.com.uy/articulo/68403_seguridad-vial-y-formalidad-laboral-asi-son-los-cursos-para-repartidores-en-moto. Acceso en: 25 ago. 2020.

VASSALLO, Miguel. *Agro: estancamiento y crisis*. Montevideo: CLAEH, 1983. p. 169-192. (Serie El Uruguay de Nuestro Tiempo, v. 8, n. 1).

Alejandro Mariatti

Doutor em Ciências Sociais com especialização em Trabalho Social pela Universidad de la República Uruguay (UdelaR), em Montevideo, Uruguay; Pesquisador e Professor Adjunto do Departamento de Trabalho Social, com Dedicación Exclusiva na Universidad de la República Uruguay (UdelaR/ FCS), em Montevideo, Uruguay.

Endereço para correspondência

Alejandro Mariatti

Universidad de la República

Facultad de Ciencias Sociales - Departamento de Trabajo Social.

Constituyente, 1502, Edificio Central Cordón

Montevideo, Uruguay